

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.403.735 - PR (2018/0309048-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : OSEIAS LEAL DA ROCHA
ADVOGADOS : LUDMILA SARITA RODRIGUES SIMÕES - PR049595
ANGÉLICA VIVIANE RIBEIRO - PR045314
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : JOSÉ IVAN GUIMARÃES PEREIRA - PR013037
DENIZE HEUKO - PR030356

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por OSEIAS LEAL DA ROCHA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de OSEIAS LEAL DA ROCHA, o recurso especial não foi instruído com a guia de custas devidas ao STJ e o respectivo comprovante de pagamento. Assim, incide na espécie o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do preparo. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou.

Registre-se que os documentos colacionados à petição de fls. 198/203 não atendem o despacho retro, uma vez que a parte limitou-se a comprovar o pagamento realizado à época da interposição do recurso. Contudo, conforme despacho de fl. 195, o pagamento deveria ser realizado em dobro, já que não houve comprovação do pagamento no momento da interposição do recurso. Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas

instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

